

# RACISMO ESTRUTURAL E O EVANGELISMO BRASILEIRO

*Paulo Ayres Mattos*

*Bispo Emérito da Igreja Metodista*

*Professor Pesquisador da Faculdade Refidim, Joinville, Santa Catarina*

Quando o apóstolo Pedro entrou na casa do centurião romano Cornélio, ele acabara de passar por uma nova conversão. Simão Pedro não era uma pessoa má. Um tanto atabalhado, precipitado e vacilante, sim, mas um sujeito mau, não.

Desde o início do ministério de Jesus na Galileia, Pedro abandonou tudo que tinha, que não era muita coisa mas que lhe dava o suficiente para sustentar a sua família, e passou a seguir a Jesus. Teve a oportunidade de participar significativamente de momentos decisivos da vida de Jesus – de modo positivo algumas vezes e em outras de modo negativo.

Após seu encontro com o Cristo ressurrecto, se projeta como a principal liderança entre os discípulos de Jesus, e no Dia de Pentecostes, ao ser revestido como o poder do Espírito Santo, se converte numa testemunha audaz e decidida das boas novas do Evangelho, que não teme as arguições nem mesmo perseguições dos da linhagem de Anás, o sumo sacerdote. Apesar de Paulo se considerar chamado para pregar aos gentios e Pedro aos judeus, é Pedro quem vai primeiro evangelizar um gentio, o centurião Cornélio. Mas isso se tornou possível porque Pedro teve de passar por uma experiência sobrenatural para ter suas amarras étnicas rompidas de vez. Certamente como pessoa Pedro não poderia ser considerado uma pessoa “racista”. O problema de Pedro era como o que hoje tem sido chamado de “racismo estrutural”.

Mesmo batizado com o Espírito Santo, que o empoderara para pregar destemidamente o Evangelho, a em nome de Jesus curar Eneias e a ressuscitar a Dorcas, Pedro resistiu por três vezes em êxtase espiritual à visão celestial que lhe ordenava “mata e come!”. Sua resposta foi em termos da proibição judaica cultural: “jamais comi coisa alguma *comum e imunda*”, mesmo quando a voz celestial lhe retrucou, “Ao que Deus purificou não consideres *impuro*” [itálicos meus]. Sem entender o que estava acontecendo, só aceitou acompanhar os três emissários de Cornélio (que na revelação de um anjo recebera a ordem de procurar em Jope um “tal” de Simão Pedro), quando o Espírito Santo lhe deu um forte empurrão, “*desce vai com eles, nada duvidando, porque eu os envie*” [itálicos meus].

Se não fora a ação direta de Deus Pedro nunca teria se dirigido ao encontro de Cornélio em Cesareia, a capital romana da Província da Judeia. Certamente Pedro não nasceu racista. Ele foi ensinado a ser “racista”: pela família, pela comunidade onde nasceu e cresceu e, o pior de tudo, por sua religião. Repito, Pedro como pessoa era um ser humano como qualquer um de nós, com suas virtudes e defeitos. Como indivíduo refletia a cultura de sua sociedade. Sua dificuldade em entender e atender a estranha revelação exatamente quando na hora do almoço estava a orar se deveu ao seu “racismo estrutural”. As estruturas culturais, sociais, econômicas e religiosas da sociedade a qual pertencia determinavam que os gentios fossem “teologicamente” considerados como “*comuns e impuros*” [itálicos meus]. Foi essa a reprimenda que recebeu dos “apóstolos e irmãos que estavam na Judeia”: “entraste em casa de homens incircuncisos e comeste com eles”. E só se dobraram à evidência da conversão de Cornélio e toda sua casa, aceitando que “também aos gentios foi por Deus concedido o arrependimento para a vida”, quando Pedro ao terminar sua defesa, declara: “quem era eu que pudesse resistir a Deus”.

Recentemente, no Brasil e em outras partes do mundo, particularmente no país de maior influência evangélica, temos assistido lamentáveis acontecimentos motivados pelo racismo. Violências de todo tipo por razões religiosas têm sido cometidas contra pessoas de diferente cor,

gênero, nacionalidade, posição social e religião. No caso brasileiro grande parte do racismo estrutural incrustado na sociedade é resultado de nosso longo e tenebroso sistema escravocrata. Nosso passado econômico, político e social, ainda presente numa cultura de marginalização e exclusão de tudo que tem a ver com modos de pensar, viver e sentir dos povos africanos e seus descendentes, acabou por produzir o chamado racismo estrutural. O racismo, portanto, é fruto da escravidão que desumaniza as pessoas escravizadas trazidas da África para as Américas para garantir a exploração colonial, que as transformou na mercadoria mais lucrativa no chamado Novo Mundo.

O racismo estrutural entre as denominações evangélicas presentes no Brasil é parte de todo este passado histórico de nossa sociedade. Por um lado, o catolicismo cultural de cada pessoa nascida e criada no Brasil. Como metaforicamente dizia Robson Cavalcanti, se alguém evangélico raspar sua pele de modo mais forte vai se deparar com um católico cultural. Por outro, as três missões evangélicas norte-americanas que aqui se estabeleceram na segunda metade do século dezenove, duas delas, a metodista e a batista, vieram do sul dos Estados Unidos, após a Guerra Civil naquele país. A terceira, a presbiteriana, parte de seus missionários vieram do norte do Estado Unidos e outra do Sul. Processos de divisão dessas três denominações entre as igrejas do Norte e do Sul foram motivados pela questão da escravidão e se deram anos antes da guerra secessionista. As denominações sulistas deram o respaldo religioso e teológico para a justificação da escravidão naquele país. Não foi à toa de que lideranças confederadas eram devotos evangélicos, como o famoso General Jackson que orava e jejuava antes de sair para as batalhas.

Os missionários e missionárias que para aqui foram enviados a partir de 1859 enquanto pessoas não poderiam ser consideradas racistas. Testemunhos históricos, especialmente as fotografias, provam que a missão desde seus inícios buscou atingir com sua pregação tanto pessoas brancas como pretas. O primeiro missionário evangélico chegado ao Brasil em 1836, o metodista R. Justin Spaulding, segundo o historiador D. A. Reily, escreveu “Temos duas classes de pretos, uma fala inglês, a outra português. Atualmente, parecem muito interessados e ansiosos por aprender...” [História documental, São Paulo: Editora ASTE, 1984]. Entretanto, tanto o racismo estrutural do catolicismo brasileiro como o dos missionários do protestantismo do Sul dos Estados Unidos, acabaram por marginalizar e excluir a formação de lideranças pretas, apesar de suas raras exceções. A obra “Negro Não Entra na Igreja - Espia da Banda de Fora” [Editora UNIMEP, 2000], do Prof. José Carlos Barbosa, afirma, segundo a Profa. Cristina Kelly da Silva Pereira, que “o protestantismo de missão foi omissivo em relação à luta contra a escravidão; ... Mas no que tocava a escravidão e a situação da negritude, não foram temas de seus interesses, tampouco assunto de suas preocupações” [Revista Eletrônica Correlatio n. 18, dez. 2010, p. 103]. Segundo o missionário batista Asa Routh Crabtree, “o Brasil era como os Estados Unidos, tinha escravos, e os missionários enviados pela Convenção Batista do Sul não podiam sentir-se constrangidos a combater a escravatura e assim envolver-se na política do país” [História dos Batistas do Brasil até 1906. Rio de Janeiro. Casa Publicadora Batista, 1962]. A verdade é que, escondidos atrás de uma interpretação distorcida do texto paulino que diz “Assim sendo, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vocês são um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28), segundo o Pastor Marco Davi de Oliveira, os “evangélicos, em geral, alimentam a ideia de que existe igualdade entre os fiéis, e isso tem sido motivo de orgulho para muitas denominações, sejam elas históricas ou pentecostais. Porém, esse mito tem sido usado para esconder o problema real do racismo na igreja evangélica brasileira” [A Religião Mais Negra do Brasil, Editora Ultimato, 2018].

No caso dos pentecostais clássicos, que não tinham qualquer relação com as denominações sulistas norte-americanas, a situação tem a ver com as populações brasileiras que foram atingidas pela pregação pentecostal em suas primeiras décadas.

A Congregação Cristã dirigiu-se principalmente às colônias de imigrantes italianos e suas famílias em São Paulo e no Paraná, como indica a prevalência do idioma italiano até a nossa entrada na Segunda Grande Guerra, um tanto desajeitada, em 1942 . A membresia e a liderança da Congregação até hoje são em grande parte de pessoas brancas de origem italiana.

As Assembleias de Deus, fundadas no Pará por obreiros suecos independentes, desenvolveram sua pregação particularmente entre as imigrantes populações nordestinas na Amazônia e, posteriormente, com o fim do ciclo da borracha, com o regresso dos já evangelizados seringueiros e suas famílias, no sertão nordestino. Ainda hoje algumas das lideranças assembleianas mais importantes são de nordestinos. Bispo Manuel Ferreira e Pastor José Wellington são nordestinos, Ferreira nascido em Arapiraca (Alagoas) e Wellington em São Luís do Curu (Ceará). Ainda quando o Pr. Marco Davi de Oliveira afirma que o pentecostalismo é a religião mais preta do Brasil, com cerca de 60% da população evangélica brasileira, a verdade é que, com certas exceções, o poder denominacional esteve, está e, ao que tudo indica, estará nas mãos de pastores brancos.

Assim é possível se entender a argumentação de Inês Almeida Ribeiro, quando afirma que “O racismo nunca se colocou como uma questão nas igrejas protestantes e pentecostais que acabavam reproduzindo a máxima de que não havia racismo na sociedade brasileira. A crença na ‘democracia racial’ fez acreditar que as relações da irmandade cristã estariam salvaguardadas do racismo. Contudo, o que se veio a demonstrar é que estas igrejas, como instituições presentes numa sociedade onde o racismo se faz presente, acabavam por reproduzi-lo”.

As igrejas evangélicas brasileiras para vencer o seu racismo estrutural recorrente em nossas relações pessoais e sociais precisam passar pelo mesmo processo de conversão que foi experimentado pelo apóstolo Pedro em Jope e que abriu as portas para a evangelização dos gentios, tornando possível o que chamamos hoje de “cristianismo global”. Mesmo quando se constata que as pessoas pretas como indivíduos alcançam nas igrejas evangélicas uma valorização não experimentada fora de suas comunidades de fé, a verdade é que dentro delas ainda sofrem as consequências do racismo cultural brasileiro.

O “racismo cultural” de Pedro e dos outros apóstolos limitou a evangelização a gente de seu próprio povo, não se lembrando mais de como Jesus quebrou tal “racismo cultural” em diversos momentos de seu ministério terreno, bastando para isso só lembrar seu relacionamento com o povo samaritano. Até sua extática experiência em Jope, Pedro e toda comunidade cristã não incluíra gentios. Em nossos dias, ainda que crendo na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, me parece que uma revelação por visão sobrenatural já não se faz mais necessária. Não somos mais o Pedro perplexo sobre o significado de sua visão. A violência perpetrada contra a descendência da população africana escravizada trazida ao Brasil por mais de três séculos e meio, está todos os dias noticiada nos órgãos da imprensa escrita, falada e televisionada, bem como nas mais diferentes mídias circulando na internet. O Espírito nos exorta diariamente quando se noticia que pessoas pretas aqui e no estrangeiro são barbaramente discriminadas, perseguidas e assassinadas pelo pecado do racismo. No que diz respeito ao racismo estrutural, nós o povo evangélico no Brasil precisamos ouvir o que o Senhor nosso Deus está dizendo às igrejas: “se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, orar, me buscar e se converter dos seus maus caminhos, eu ouvirei dos céus, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra” [2 Crônicas 7.14]. Que para tanto o Espírito Santo nos ajude.

Fonte/Publicado originalmente: [blog.mundocristao.com.br/racismo-institucional-e-o-evangelismo-brasileiro/](http://blog.mundocristao.com.br/racismo-institucional-e-o-evangelismo-brasileiro/)

